

Um novo governo Lula: avanços e percalços

Reginaldo Teixeira Perez,
Marcos Pascotto Palermo

Que avaliação pode ser feita sobre os seis primeiros meses do governo Lula nesse Brasil pós-Bolsonaro? A seguir, neste pequeno texto, pretende-se responder a esse questionamento considerando-se dois planos, o interno e o externo. Preliminarmente, pode-se asseverar que se observou um retorno à “racionalidade política”, requisito necessário a qualquer administração no interior de uma moldura liberal-democrática. Talvez não seja exagerado afirmarmos que esse fator faltou ao governo Bolsonaro. Entretanto, as dificuldades a serem enfrentadas pelo novo incumbente não são – nem serão – nada pequenas. E, talvez, algumas dessas intercorrências devam ser atribuídas a ações ou omissões do próprio governo que ora se inicia.

O governo Lula e a sua política doméstica

No plano interno, três itens se impõem à avaliação. Começamos pelo âmbito material. Lula e seus ministros encontraram uma situação completamente distinta da observada no já longínquo janeiro de 2003, quando da sua ascensão às rédeas do Estado brasileiro a partir de sua primeira vitória eleitoral à presidência da República. Agora, nada há a indicar que observaremos uma ampliação acentuada da arrecadação de impostos, à semelhança do acontecido naquela quadra, quando o ingresso de moeda

conversível – causado pelo incremento das exportações de bens à Ásia, com destaque à China – irrigou à falta os cofres públicos. Atualmente, a situação econômica dos setores mais pobres da população – quadro agravado em face da crise pandêmica –, com ênfase no desemprego, é dramática. Nesse âmbito, a fome sentida por largas parcelas do povo apresenta-se como a maior emergência.

“(...)a fome sentida por largas parcelas do povo apresenta-se como a maior emergência(...)”

Ademais, o manejo da política econômica restou prejudicado diante da aprovação de legislação que concedeu autonomia ao Banco Central (BC), que, de sua parte, tem praticado uma política de juros de feição ortodoxa, mantendo-os em níveis elevados diante de um quadro inflacionário proporcionalmente menor. Bem entendido, as políticas públicas necessárias – ou prometidas – estão a exigir um volume de recursos ora não disponível. A escolha do (hábil) ministro Fernando Haddad para a economia traduz a importância da questão para o governo Lula, que parece esperar com ansiedade o momento de substituição do atual presidente do Banco Central, Roberto

Campos Neto, a ocorrer daqui a um ano e meio. Então, o governo ali poderia instalar alguém que aproximasse a política monetária – em especial, a baixa da taxa de juros – às demais providências da área econômica.

O segundo item a merecer atenção diz respeito ao relacionamento do governo com o Congresso Nacional, que é uma instituição bicameral. Aqui, salta aos olhos a pequena base parlamentar (efetiva) do governo Lula – em torno de cento e quarenta deputados e quinze senadores – de totais, respectivamente, quinhentos e treze deputados e oitenta e um senadores. Mesmo que o governo – incluída a notória habilidade do presidente no trato com os parlamentares – consiga manter perto de si o maior contingente de parlamentares independentes (que não são nem de oposição nem governo, muito pelo contrário), que pode alcançar o significativo número de duzentos e seis deputados e trinta e seis senadores, ainda assim as infrequências na manutenção da base nas votações devem prevalecer.

Para se ter uma ideia do elevado número de partidos presentes na vida política brasileira, elabora-se a presente tabela¹ que leva em conta a composição das coligações vencedoras²:

É cediço que a composição do Congresso Nacional nessa atual legislatura é predominantemente liberal na economia e conservadora nos costu-

mes. Isso tudo sem falarmos numa oposição aguerrida – e que responde à liderança de Jair Bolsonaro –, que alcança em torno de cento e sessenta e sete deputados e trinta senadores. Depreende-se de tudo isso que o governo Lula terá de exercitar ao máximo a arte da política para dar consequência às suas prometidas políticas públicas inclusivas – ou, no limite negativo, simplesmente conseguir sobreviver.

Um reflexo dessa afirmação é a pressão, já sentida sobre o presidente, para uma reforma ministerial capaz de agradar aos atores do Congresso. Para além da conjuntura política, as mudanças levariam em conta a estrutura histórica de um sistema presidencialista à brasileira, feita na ideia de coalizão. Após o governo ter vivenciado derrotas no ambiente parlamentar, como as relacionadas à regulamentação das atribuições dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, foi ensaiada uma aproximação que lhe rendeu vitórias significativas.

Foi aprovado na Câmara dos Deputados o esboço de uma reforma tributária, que ainda passará pelo Senado, mas que contou com apoio inclusive de representantes da oposição. Igualmente, a Câmara aprovou um projeto de lei que retoma o voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), de interesse do governo, que também seguirá para votação no Senado. Pensa-se que estes são os sinais de aproximação com os legisladores de partidos fisiológicos com representação no Congresso, o apelidado “Centrão”, inclusive lhes garantindo futura representação ministerial.

Um terceiro aspecto a ser considerado é a conflituosidade interna corporis ao próprio governo – ou entre o governo e o seu principal partido referência, o Partido dos Trabalhadores (PT). Não apenas o arco ideológico-político partidário que participa do governo é muito largo – o que implica gestão complexa –, mas o próprio presidente não tem contribuído: ainda antes da posse, Lula já vinha cometendo enganos recorrentes –

para não dizer gafes –, seja fazendo comentários impróprios (quando nem havia assumido a função presidencial), seja se posicionando de forma enviesada. A propósito, há fortes sinais de que Lula – até ao presente momento, pelo menos – se autonomizou de algumas amarras que o definiam nos seus dois primeiros períodos na presidência (2003-2006 e 2007-2010). Inclusive, já afirmou taxativamente que está pouco disposto a ouvir conselhos de assessores ou até mesmo de ministros.

O governo Lula e sua política externa

Cabe, ainda, uma breve exposição da política exterior. Nesse plano, pode-se dizer que Lula estreou antes mesmo da posse, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 27), sediada no Egito. Foi uma participação simbólica, tendo em vista o desgaste à imagem brasileira, atribuído às práticas de seu antecessor, no que se refere a esse tema.

Governo	Período previsto do mandato	Vice-Presidente	Coligação vencedora da primeira volta da eleição	Partidos apoiadores de Lula na segunda volta da eleição (além dos que apoiaram na primeira volta)
Lula I	2003-2006	José Alencar (PL)	(Coligação de 5 partidos): PT, PL, PCdoB, PMN e PCB.	PCO, PPS, PSB e PV.
Lula II	2007-2010	José Alencar [saiu do PL para fundar o PRB (atual Republicanos)]	(Coligação de 5 partidos): PT, PL, PCdoB, PMN e PCB.	PL, PSB, PMDB, PTB.
Lula III	2023-2026 (em exercício)	Geraldo Alckmin [PSB (lembra-se que historicamente, Alckmin era filiado ao PSDB, partido rival do PT)]	(Coligação de 7 partidos): PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, Rede e Solidariedade.	PCB, PDT, Cidadania (antigo PPS) e MDB [(antigo PMDB) com dissidências].

Sente-se realmente, uma tentativa de retomada dos padrões tradicionais da diplomacia e da política externa brasileira. Lula reconduziu ao posto de ministro das Relações Exteriores o diplomata Mauro Vieira, que havia servido na presidência de Dilma Rousseff, enquanto o seu antigo chanceler Celso Amorim foi chamado para a Assessoria Especial da Presidência da República. Todavia, os percalços aqui também são sentidos, tanto em nível global quanto com vizinhos mais próximos.

“Sente-se realmente, uma tentativa de retomada dos padrões tradicionais da diplomacia e da política externa brasileira(...)”

A política internacional revela desafios maiores. Lula tem sido censurado por sua ação frente à guerra entre russos e ucranianos pelos Estados Unidos e por seus aliados ocidentais na Europa. Embora haja declaração formal do governo sobre a invasão russa ser uma violação do direito internacional, a posição de maior neutralidade do presidente é vista por aqueles como fator prejudicial para a confiabilidade do Brasil como mediador na crise. Salienta-se, em outro campo, uma conquista: ter conseguido a nomeação de uma aliada, a ex-presidente Dilma Rousseff, para a presidência do Novo Banco de De-

envolvimento, conhecido popularmente como o Banco dos BRICS (bloco que une Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Quanto às relações de chefia de Estado entre Brasil e Portugal, percebeu-se uma sensível melhoria. A volta à normalidade com Lula deu-se após a atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro ter criado constrangimentos ao presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Bolsonaro recusou a conferência do Prêmio Camões ao cantor Chico Buarque e cancelou um almoço quando o presidente português esteve no Brasil, além de parte da imprensa ter percebido como desprestigiada a posição que Rebelo de Sousa ocupou durante a cerimônia do bicentenário da independência brasileira.

No entorno regional, cita-se a fragilidade econômica dos parceiros do Mercosul, especialmente a Argentina, o que faz com que pedidos de auxílio desse parceiro sejam bastante criticados pela oposição e vistos com certa desconfiança por aliados, bem como a propalada criação de uma moeda comum para transações comerciais do bloco fique prejudicada. Além disso, Lula também não teve uma posição próxima de aliados como o Chile e o Uruguai (em que pesem as diferenças ideológicas de seus dois presidentes) frente ao governo da Venezuela. Lula foi visto como conivente com o regime do país, considerado violador dos direitos humanos e da democracia pela maior parte da sociedade internacional.

Portanto, a política desses primeiros

seis meses revela os percalços e avanços do governo: o retorno à racionalidade política doméstica e externa, não obstante o prego das críticas e das dificuldades oriundas da complexidade na composição de alianças necessárias.

Referências

¹ Para a construção dessa tabela foram consultadas as seguintes fontes: I- NIPE CEBRAP (2021). Banco de Dados Legislativos do CEBRAP. Visitado em 05/08/2023. Disponível em <https://bancodedadoslegislativos.com.br/>; II- Chapa do PT reúne parceiros históricos na maior aliança de Lula desde 94 - 07/05/2022 - UOL Eleições Fonte: Eleições 2022: Partidos que apoiam Lula no segundo turno (dci.com.br)

² A troca de posições de políticos e de partidos é notória. Parte dos partidos citados apoiaram os mandatos de Dilma Rousseff (PT) até o seu impeachment em 2016. O antigo PL de José Alencar existiu até 2006, quando se fundiu com o PRONA e adotou a sigla PR, voltando a se chamar PL em 2019. Atualmente, o PL tem o ex-presidente Jair Bolsonaro como filiado. O Republicanos (ex-PRB) tem em seus quadros o senador Hamilton Mourão (que foi vice de Bolsonaro) e o governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tido como um nome forte da oposição para a sucessão de Lula.